

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.567 - SP (2019/0212280-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : **RICHARD VILLELA**
ADVOGADOS : **CALEB MARIANO GARCIA - SP181694**
: **PAULO APARECIDO BUENO DA SILVA - SP342723**
EMBARGADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **FELIPE SORDI MACEDO - SP341712**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 85, § 11 DO CPC/15. HONORÁRIOS RECURSAIS DE INSTÂNCIA. MAJORAÇÃO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por **RICHARD VILLELA** em face de decisão assim ementada (fls. 162):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

A parte embargante alega que a decisão recorrida é omissa em relação a fixação de verba honorária de instância, conforme determina o artigo 85, §11, do CPC/2015.

Sem impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Sob esse enfoque, o §11 do artigo 85 do CPC/2015 preceitua que "O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento".

De acordo com a Súmula Administrativa 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No caso específico dos autos, trata-se de processo eletrônico, no qual se constata que a publicação da decisão de origem foi depois de 18.3.2016.

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração com efeitos infringentes para, suprimindo a omissão, majorar em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

